

economia

‘Minha Cidade Tem um Porto’ é lançado na Capital

Próximo município gaúcho a contar com a iniciativa será Pelotas

/INFRAESTRUTURA

Jefferson Klein

jefferson.klein@jornaldocomercio.com.br

Foi lançado nesta quinta-feira, no Cais Mauá da capital gaúcha, o projeto Minha Cidade Tem um Porto. A ação, que busca melhorar a conexão entre a sociedade e as áreas portuárias, foi realizada pelo Sindicato da Indústria de Energias Renováveis do Rio Grande do Sul (Sindienergia-RS), com apoio da Portos RS, do governo gaúcho, Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (Fiergs) e da prefeitura porto-alegrense.

O diretor de relações institucionais da Portos RS, Sandro Boka, lembra que o embrião do programa ocorreu na cidade de Rio Grande, onde a iniciativa já está no seu segundo ano. Ele ressalta que a iniciativa é um resgate de pertencimento e do orgulho das pessoas terem um porto na sua cidade. “Os portos no mundo inteiro sempre ficaram muito voltados do muro para dentro e isso está mudando”, frisa o dirigente. Para Boka, complexos portuários podem ser indutores de desenvolvimento, de geração de emprego e



DANI BARCELLOS/ESPECIAL/JC

Ação busca aproximar população dos complexos portuários

uma ligação com o poder público e a sociedade.

Em Porto Alegre, Boka adianta que uma das primeiras ações dentro do projeto será a realização de um jogo com perguntas e respostas relativas às atividades de um porto, com estudantes de escolas atingidas pela enchente de 2024. Ele revela que o próximo passo será realizar uma edição da iniciativa em Pelotas, o que deve ocorrer no segundo semestre deste ano.

Já a presidente do Sindienergia-RS, Daniela Cardeal, enfatiza que há muita ligação entre os

setores de energia e o portuário, havendo vasto potencial para parcerias. Ela ressalta que, dentro de medidas de descarbonização, é possível mudar a essência dos portos. “Utilizar energia renovável é a semente”, afirma a dirigente.

Daniela argumenta que, mais adiante, uma possibilidade é usar o hidrogênio verde como combustível de máquinas como empilhadeiras e dragas. “Mas para isso é preciso ter uma aceitação social e mudar a dinâmica dos portos”, conclui a representante do Sindienergia-RS.

Integrantes do poder público defendem fatiamento da revitalização do Cais

A decisão do governo gaúcho de encerrar o processo de concessão do Cais Mauá com o consórcio Pulsa RS abriu novamente um ponto de interrogação sobre o destino de uma das mais nobres áreas de Porto Alegre: a revitalização do espaço é possível e sairá futuramente do papel? O prefeito da Capital, Sebastião Melo, a vereadora porto-alegrense Fernanda Barth (PL) e o diretor de relações institucionais da empresa pública Portos RS, Sandro Boka, têm a opinião de que é viável, especialmente se essa concessão for feita de forma escalonada.

De acordo com Melo, fatiar o empreendimento e fazer as entregas por etapas facilitará a retomada do projeto. Ele considera um desafio transformar aquela área, no entanto ressalta que há vários atrativos no local. “O pôr do sol mais bonito do mundo é no Cais Mauá”, afirma o prefeito.

O integrante da Portos RS também acredita que o projeto de revitalização ainda será materializado. Para Boka, o empreendimento tem que ser implementado por fases, pois se trata de um complexo de grandes proporções.

Por sua vez, a vereadora Fernanda Barth diz que entristece o Estado observar a decadência do Cais Mauá, o que provoca a pergunta “por que esse projeto não anda?”. Ela defende que a forma

que foi tentada a concessão, não funciona. A parlamentar, Melo e Boka estiveram nesta quinta-feira, no Cais Mauá, participando do lançamento do projeto Minha Cidade Tem um Porto.

O leilão para a revitalização do Cais Mauá foi feito em 2024 e vencido pelo Consórcio Pulsa RS, antes da ocorrência das enchentes no Rio Grande do Sul. A catástrofe climática acabou atrapalhando todo o cronograma do pós-certame.

O trecho concedido do cais compreendia desde a Usina do Gasômetro até a região das docas, nas cercanias da Estação Rodoviária, o que significa aproximadamente três quilômetros de extensão e 181,2 mil metros quadrados de área. Pelo edital original, estava previsto que, nos cinco primeiros anos de concessão, seria feita a reestruturação do patrimônio histórico, envolvendo os armazéns tombados e o pórtico central, com um aporte de R\$ 353 milhões.

Além disso, a proposta permitia a construção de edificações para uso residencial e corporativo e seria exigida a instalação de um novo sistema de proteção contra cheias. Porém, o governo do Estado, por entender que o Consórcio Pulsa RS descumpriu obrigações legais que estavam previstas no edital de licitação, decidiu revogar o processo de concessão.

Dragagem da hidrovía gaúcha chega ao canal do Junco

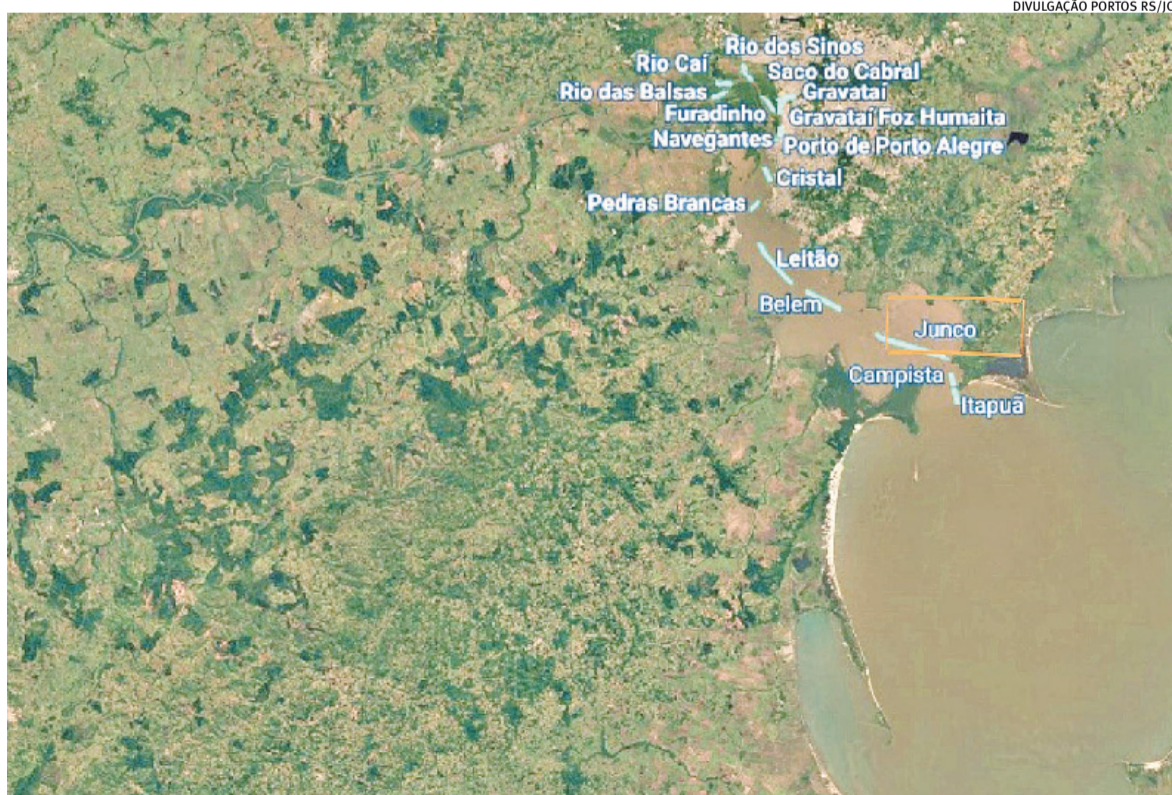
Uma das consequências das enchentes de 2024 foi o assoreamento das hidrovias, dificultando a navegação Interior no Estado. O governo gaúcho, que conta com recursos da ordem de R\$ 731 milhões do Fundo do Plano Rio Grande (Funrigs) para fazer a recuperação hidroportuária do Rio Grande do Sul, está fazendo as dragagens em lotes. Nesta quinta-feira, o novo segmento iniciado no Guaíba foi o do canal do Junco, situado nas proximidades do município de Viamão, e a expectativa é que seja concluída essa etapa em 50 a 60 dias.

Atualmente, cerca de 70% do total que precisa ser dragado na hidrovía gaúcha já foi realizado. O secretário de Logística e Transportes do Rio Grande do Sul, Clóvis Magalhães, espera que o trabalho possa ser concluído ainda neste ano. “A hidrovía foi muito atingida com as enchentes e muitas ve-

zes não se reconhece o valor das águas”, comenta o dirigente.

Já o recém-empossado presidente da Portos RS, Fábio Machado, reforça que entre as suas principais metas no comando da empresa pública está a continuidade da dragagem dos canais das hidrovias. Ele acrescenta que a meta é finalizar o trabalho “o mais rápido possível”. Porém, Machado adverte que questões como, por exemplo, as condições climáticas podem fazer com que o tempo de obra possa variar.

Sobre um eventual desmanche da Portos RS ao final do mandato de Eduardo Leite (foi durante a sua gestão à frente do governo do Estado que a companhia foi criada), Machado considera que seria um passo atrás. Ele salienta que a empresa foi criada para dar mais agilidade aos processos do setor hidroportuário do Rio Grande do Sul.



DIVULGAÇÃO PORTOS RS/JC

Área fica localizada no Guaíba, próxima de Viamão; expectativa é que trabalho seja concluído em até 60 dias